



» 'FORA, PRUDENTE' Com cartazes, estudantes protestam em frente à casa do deputado Leonardo Prudente, que volta ao comando da Câmara do DF; hoje Casa começa a analisar processos contra Arruda Pág. A10

## Painel

SILVIO NAVARRO (interino) painel@uol.com.br

### Redução de danos

Ao sentar à mesa para sua primeira reunião de coordenação do ano, hoje, o presidente Lula ouvirá de seus auxiliares a avaliação de que as novas frentes de discórdia abertas pelo terceiro Programa Nacional dos Direitos Humanos podem inviabilizar o único ponto que de fato interessava ao governo: a criação da comissão da verdade para investigar crimes de tortura durante a ditadura militar. A ideia é tentar enterrar logo a polêmica para evitar que ela seja vinculada pela oposição à futura campanha de Dilma Rousseff.

Governistas que defendem o total distanciamento de Dilma do caso admitem que o desgaste pode chegar à ministra-candidata por dois caminhos: o passado de guerrilha e/ou o papel de "gerente" do governo.

**Fagulhas.** Na base aliada, o discurso é desde já tentar de-sassocia pontos polêmicos do texto do que serão as diretrizes da plataforma eleitoral de Dilma. Do contrário, avalia-se, seriam queimadas pontos com diversos segmentos que o Planalto tenta atrair ou, no mínimo, não contrariar.

**Bombeiro.** Gilberto Carvalho, chefe de gabinete de Lula, ficou encarregado de dialogar com setores da Igreja que reclamaram do Programa de Direitos Humanos. A principal tarefa é "relativizar" a defesa aberta que o texto faz da descriminalização do aborto.

**Lados.** No PT, um dos alvos favoritos é Reinhold Stephanes (Agricultura), que veio a público para afirmar que o documento revela "preconceito com a agricultura comercial". Críticos dizem que o ministro do PMDB fala em deixar o cargo desde novembro porque sua base eleitoral, encorpada por ruralistas, tem simpatia mesmo é pela oposição.

**A calhar.** Em meio ao mal-estar com o agronegócio, o primeiro evento do ano de Lula, hoje, é o lançamento do "Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária".



**Albergue.** O PT enviou uma circular aos seus filiados recrutando interessados em hospedar em suas casas visitantes de outros países que acompanharam o Congresso da sigla, em Brasília.

### Tiroteio

A escolha dos caças segue a fórmula do PT de governar: desprezo profissional, ideologia confusa e desperdício de dinheiro público.

Do deputado **ANTONIO CARLOS PANNUNZIO** (PSDB-SP), sobre a preferência do governo pelos caças franceses apesar do relatório da Aeronáutica ser favorável aos concorrentes usco.

### Contraponto

#### Sacou?

Depois de discursar na inauguração do parque Villas Boas, na última quinta-feira, o governador José Serra (PSDB) foi cumprimentar a viúva do indigenista e sertanista, morto em 2002, que acompanhava o evento ao lado do filho, chamado Noel. Após uma rápida conversa, o tucano comentou orgulhoso com assessores:

—Foi uma grande sacada minha acertar que ele se chama Noel em homenagem ao Noel Nutels..., disse, citando o também indigenista, morto em 1973.

A subprefeita da Lapa, Soninha Francine, emendou: —Puxa, e eu perguntei se tinha nascido perto do Natal...

# Governo pode reeditar plano sem referência a torturadores

Assim, texto que cria comissão de investigação não citaria militares nem guerrilha

Sugerida por Nelson Jobim, mudança de trecho do plano de direitos humanos pode ser aceita por Vannuchi, que ameaçou pedir demissão

ELIANE CANTANHÊDE  
DA SUCCESAL DE BRASÍLIA

O governo articula uma solução de meio termo para a questão nevrálgica do terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos: em vez de acrescentar ao texto do programa a investigação da esquerda armada durante a ditadura militar (1964-1985), como querem as Forças Armadas, seria suprimida a referência à "repressão política" na diretriz 23, que cria a comissão da verdade.

Ou seja, a questão seria resolvida semanticamente, sem especificar a apuração de excessos de nenhum dos dois lados. O texto passaria a prever a apuração da violação aos direitos humanos durante a ditadura, genericamente, sem especificar de quem e de que lado.

Essa proposta está sendo colocada pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, e poderá ser aceita pelo ministro de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, que aposta numa "solução de meio termo".

Jobim não aceita uma comissão unilateral, focada apenas na apuração das violações praticadas pelos militares. E Vannuchi não admite a investigação da esquerda armada. Sem referência aos dois lados, a questão poderá ser resolvida pelo Congresso Nacional.

O plano foi formalizado como decreto presidencial, prevendo a formação de um grupo de trabalho do Executivo para elaborar um projeto de lei ao Congresso, criando a comissão da verdade. Com o decreto revisado, se houver o acordo, o projeto ficaria mais flexível para o debate parlamentar.

O presidente Lula volta de férias e começa o ano de trabalho hoje entre esses dois fogos: o de um amplo setor da sociedade, liderado por Jobim, que quer a revisão do plano, e o de juristas e familiares de desaparecidos políticos, que respaldam Vannuchi e não aceitam alterações significativas.

No confronto, os dois lados ameaçam com pedidos de demissão justamente num ano de campanha eleitoral, em que Lula pretende somar apoios para sua candidatura ao Planalto, a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil). Ex-militante da esquerda armada, torturada e presa durante a ditadura militar, ela é parte diretamente interessada no plano.

Vannuchi não abre mão de exigir "uma narrativa sincera, honesta e humilde do Estado brasileiro sobre as circunstâncias dos desaparecimentos e o



Lula, Dilma e outras autoridades no lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos

local onde os corpos estão".

"O país não tem o direito de saber toda a história que envolve Rubens Paiva, Vladimir Herzog, Ilanston Guimaraes? Sem isso, como é possível virar a página? Eles, aliás, foram torturados, mortos e nem sequer eram da esquerda armada."

O ministro de Direitos Humanos tem respaldo, por exemplo, da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e do "Manifesto Contra a Anistia aos Torturadores", reunindo mais de 10 mil assinaturas em diferentes setores da sociedade civil em todo o país.

O ponto central do manifesto, porém, é uma questão que, segundo tanto Jobim quanto Vannuchi, não está colocada no plano: a revisão da Lei da Anistia, de 1979, que valeu para os dois lados, tanto para os militares e civis responsáveis pela repressão quanto para os militantes de esquerda.

Na versão dos dois ministros, o item 2 da diretriz 23 já faz referência à lei (citada pelo número, não pelo nome), o que caracteriza o reconhecimento de sua legitimidade.

Além da polêmica com a área militar, o plano também provoca críticas de outros setores. A Igreja Católica reagiu contra a descriminalização do aborto. O setor ruralista, apoiado pelo ministro Reinhold Stephanes (Agricultura), considera o plano "preconceituoso contra o agronegócio". As entidades de imprensa acusam um ataque à liberdade de expressão.

Vannuchi lamentou a posição crítica do PSDB e do DEM, alegando que o atual plano segue e aprofunda os dois primeiros pontos, ambos elaborados no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1999 e 1999-2003).

plexidade não tenha a participação da Casa Civil". "Por que a ministra Dilma, que fala sobre tudo, está calada?", alfinetou.

O governador de São Paulo e possível candidato do PSDB à Presidência, José Serra, avisou a interlocutores que não pretende falar sobre o assunto. Então presidente da UNE, Serra excluiu-se após o golpe militar.

Serra tem sido aconselhado a evitar o debate, sob argumento de que importaria para o PSDB uma polêmica que consome a

### A POLÊMICA COM OS MILITARES

A mudança que pode acalmar os setores divergentes do governo

#### O TEXTO DO DECRETO ASSINADO POR LULA

A diretriz 23 "Reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado"

A ação proposta Criar a comissão da verdade, um grupo com representantes da Casa Civil, das pastas da Justiça, da Defesa e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência "para examinar as violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política"

O objetivo estratégico "Promover a apuração e o esclarecimento público das violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política ocorrida no Brasil (...), a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional"

O QUE JOBIM (DEFESA) E AS FORÇAS ARMADAS PROPUSERAM DURANTE AS NEGOCIAÇÕES Incluir no texto a possibilidade de apuração da esquerda armada

Como o texto ficaria

"praticadas no contexto de conflitos políticos e da repressão política"

#### A SOLUÇÃO DE MEIO TERMO, EM DISCUSSÃO HOJE

Em vez de incluir a apuração também da esquerda, retirar as referências aos dois lados e jogar a discussão para o Congresso

Como o texto poderá ficar

"violações de Direitos Humanos praticadas no período... [da ditadura militar]", sem citar nenhum dos dois

## PSDB cobra posição de Dilma sobre o programa

CATIA SEABRA  
DA REPORTAGEM LOCAL

O presidente nacional do PSDB, Sérgio Guerra (PE), cobrou ontem uma manifestação da potencial candidata do PT à Presidência, ministra Dilma Rousseff, acerca do controverso plano de direitos humanos decretado pelo governo. A titular da Casa Civil estava em férias e retorna ao trabalho hoje.

Para Guerra, "é inimaginável que uma iniciativa dessa com-

base governista. O ideal, recomendam os serristas, é assistir à crise. Os tucanos ainda temem que a apresentação do programa tenha nascido de uma tentativa de reconquista dos movimentos sociais. E, em caso de deslize, o PSDB poderia acabar caracterizado como conservador, acirrando o caráter plebiscitário que o PT pretende dar à eleição.

No PSDB, há quem duvide que Serra consiga driblar o assunto. Nesse caso, a orientação

é concentrar críticas à forma de concepção do programa, contornando o mérito de temas mais delicados. "O método não é adequado. Como se constrói democracia em cima de representação de conferências estaduais e nacionais? É distorção da representatividade", disse o vice-governador Alberto Goldman. "O Congresso não discute", diz o líder do PSDB na Câmara, José Aníbal.

➔ LEIA MAIS A6

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.